

**HABEAS CORPUS Nº 639.343 - MG (2021/0006842-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : GUSTAVO LOPES JARDIM E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO LOPES JARDIM - MG198420  
MATHEUS JARDIM LOPES - MG197170  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : TACIANE DAMASCENO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TACIANE DAMASCENO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A paciente foi presa em flagrante, no dia 02/01/2021, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta existência de predicados pessoais favoráveis à investigada, falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar, que a paciente possui uma filha menor de 12 (doze) anos e o risco de contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva da paciente. Subsidiariamente, pugna pela substituição da medida extrema por prisão domiciliar, sem prejuízo da fixação das medidas cautelares diversas da prisão, contidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA

# Superior Tribunal de Justiça

691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Com efeito, o Desembargador Relator, ao indeferir liminarmente o habeas corpus, ponderou o seguinte:

Mesmo primária a paciente (CAC - pág. 93), tenho que a quantidade e variedade de droga apreendida, consequentemente, geram um poder lesivo de maior potencial a sociedade, sendo necessária uma resposta firme dos órgãos de justiça a fim de resguardar o bem-estar da sociedade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente